

CARTA PASTORAL
CARTA PASTORAL
DOS BISPOS DO
REGIONAL LESTE 3
REGIONAL REGIO





Versão popular da CARTA PASTORAL DOS BISPOS DO REGIONAL LESTE 3 DA CNBB SOBRE "A MELHOR POLÍTICA"

O QUE É A CARTA PASTORAL DOS BISPOS DO REGIONAL LESTE 3?



O estado do Espírito Santo agora forma o Regional Leste 3 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Antes, ele pertencia ao Regional Leste 2, junto com o estado de Minas Gerais.

Assim, o Regional Leste 3 é formado pela Arquidiocese de Vitória e pelas dioceses de Cachoeiro de Itapemirim, Colatina e São Mateus.

A Carta Pastoral dos bispos do Regional Leste 3 é um documento das igrejas locais do Espírito Santo para instruir os católicos em suas opções políticas e atuação na sociedade, tanto nas eleições como em outros momentos.

Seguindo a recomendação do Papa Francisco na Encíclica Fratelli Tutti, nossos bispos também estão preocupados com o que o papa chamou de **"a melhor política".**

QUEM ASSINA A CARTA PASTORAL?

A carta foi elaborada e assinada por todos os bispos do Regional Leste 3. São eles: **Dom Dario Campos** (Arcebispo de Vitória);

Dom Andherson Franklin Lustoza de Souza (bispo auxiliar da Arquidiocese de Vitória);

Dom Luiz Fernando Lisboa (bispo da diocese de Cachoeiro de Itapemirim);

Dom Lauro Sérgio Versiani Barbosa (bispo da diocese de Colatina);

Dom Paulo Bosi Dal'bó (bispo da diocese de São Mateus).

O QUE MOTIVA A CARTA DOS BISPOS?

A Carta Pastoral não se baseia em "opiniões" pessoais ou preferências politico-partidárias de nenhuma espécie. Os bispos se inspiraram nas seguintes fontes:

- A Palavra de Deus e os Santos Evangelhos;
- A Doutrina Social da Igreja;
- Os apelos do Papa Francisco por uma "melhor política" e um mundo justo,
- A situação real do país, analisada à luz da ética cristã;
- O clamor dos pobres e todos os que sofrem.

OS BISPOS DEVEM SE PREOCUPAR COM A POLÍTICA?



Os bispos deixam claro que a preocupação com a política é uma exigência do amor ao próximo. E devemos lembrar que, segundo Jesus, o amor ao próximo, junto com o amor a Deus, é o maior dos mandamentos. Por isso, nossos pastores nos dizem:

"Nós, como pastores, não podemos deixar de sentir no coração o momento crítico em que vive o país e a situação à qual foi lançada a maioria de nosso povo, em particular os mais pobres, aos quais Jesus outorgou a herança do Reino dos céus (cf. Lc 6, 20)."(Carta Pastoral, 2)

Eles sabem, também, que os bispos têm a missão de instruir o seu rebanho em diversos aspectos da vida:

O magistério da Igreja deve instruir os seus fiéis tanto nas verdades divinas quanto nas realidades do mundo. A Igreja tem a função de também ensinar o seu povo sobre as questões sociais, políticas, econômicas e ecológicas. (Carta Pastoral, 3)

QUAIS PROBLEMAS ATUAIS DEVEM CHAMAR A ATENÇÃO DOS CRISTÃOS?

Os bispos destacam na carta algumas situações para as quais devemos prestar especial atenção:

- A pandemia da Covid-19 e o descaso dos governos que resultou em mais de 650 mil mortes;
- O aumento dos preços dos combustíveis, gás de cozinha e alimentos;
- O alto índice de desemprego;
- O aumento da extrema pobreza e da fome;
- O crescimento do desmatamento e a destruição da natureza;
- O ataque aos povos indígenas e suas terras;
- Oódio na política;
- O desrespeito aos direitos humanos e das minorias;
- Ofundamentalismo religioso;
- A intolerância, racismo, xenofobia, machismo, homofobia e outras formas de preconceito;
- A corrupção na política.

A nenhuma dessas verdades podem os cristãos fechar os olhos (Carto Pastoral, 3).

A PARTICIPAÇÃO CONSCIENTE NAS ELEIÇÕES E UM IMPORTANTE PASSO NA MUDANÇA DESSA REALIDADE:



Os bispos entendem que a política não se resume as eleições, mas compreendem também a importancia deste momento na vida do pais:

A participação consciente e efetiva dos cristãos, desde que inspirada nas fontes autênticas de nossa fé, pode reverter o quadro geral no qual se encontra o nosso país e contribuir para que os poderes Executivo e Legislativo de nossa República sejam moralizados e ocupados por pessoas com mais consciência de seu papel de representantes do povo (Carta Pastoral, 5).



ORIENTAÇÕES POLÍTICAS A PARTIR DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA



Na Carta Pastoral, os bispos destacam oito pontos para orientar nossos posicionamentos políticos. É importante lembramos que nenhum desses pontos são "invenções" ou apenas "opiniões" dos bispos. Todos eles são extraídos da Doutrina Social da Igreja Católica e devem ser defendidos por todos que aceitam a fé católica. Vamos ver como eles são tratados na Carta:

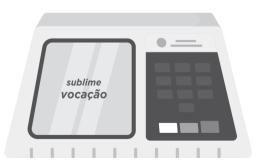
1) A concepção geral de política (Carta pastoral, 6)

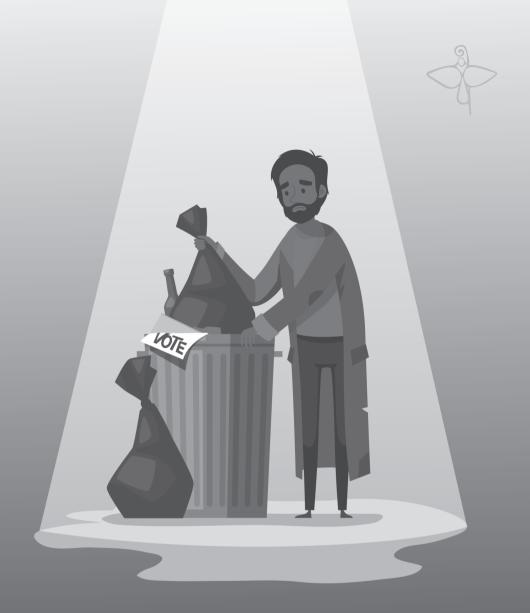
"A política é um imperativo da vivência de nossa fé. O Papa nos convida a revalorizar a política, que é uma sublime vocação, é uma das formas mais preciosas de caridade, porque busca o bem comum' (Francisco, Fratelli tutti, 180)."

Os bispos nos lembram que a participação na política eleitoral deve refletir os fundamentos da fé que professamos. Quando não fazemos essa relação, acabamos defendendo ideias e práticas que são contrarias aos ensinamentos da nossa religião.

O Papa Francisco nos recorda que as opções político-eleitorais não podem nos fazer esquecer

"a dignidade inalienável de toda a pessoa humana, independentemente da sua origem, cor ou religião, e a lei suprema do amor fraterno" (Francisco, Fratelli tutti, 39).





2) A preocupação com a casa comum (Carta pastoral, 7)

Baseados na enciclica Laudato si; do Papa Francisco, nossos bispos afirmam que:

"Quem não integra a concepção ecológica profunda a seus projetos políticos ou que já demonstrou descaso com o ecossistema em sua gestão ou mandato, não merece nosso voto e não pode dizer-se em sintonia com o pensamento de nossa Igreja."



3) A defesa da vida desde a concepção até o fim natural (Carta pastoral, 8)

A Carta Pastoral nos ensina que

"A defesa do direito à vida é concebida de maneira ampla e não se resume a uma única causa ou a um único momento"

Isso inclui posicionar-se contra

"toda forma de aborto procurado e de eutanásia (Compendio da Doutrina Social da Igreja, 155)."

Mas, ao mesmo tempo, exige que consideremos

"igualmente sagrada a vida dos pobres que já nasceram e se debatem na miséria, no abandono, na exclusão, no tráfico de pessoas, na eutanásia encoberta de doentes e idosos privados de cuidados, nas novas formas de escravatura, e em todas as formas de descarte (Francisco, Gaudete et exsultate, 101)."

"Tudo o que atenta contra qualquer aspecto da integralidade da vida humana deve ser combatido pelos meios disponíveis, dentre os quais está a politica".



4) Segurança e direitos humanos (Carta pastoral, 9, 10, 11 e 12)



Os Bispos nos mostram que é errada a ideia

"de que a violência e a criminalidade se combatem com mais violência ou com a ação criminosa dos agentes do Estado."

"A ideia errônea de que o crime deve ser combatido com a violência e o ódio está em total contradição com os princípios evangélicos e com a Doutrina Social da Igreja. O Papa Francisco o diz sem rodeios: 'Hoje, afirmamos com clareza que a pena de morte é inadmissível e a Igreja compromete-se decididamente a propor que seja abolida em todo o mundo (Fratelli tutti, 265). O que se estende à prisão perpétua que, segundo o Papa é uma pena de morte escondida' (Fratelli tutti, 268)."

Também é errada a ideia de liberação de armas para a população civil:

"A doutrina social propõe a meta de um 'desarmamento geral, equilibrado e controlado. O enorme aumento das armas representa uma ameaça grave para a estabilidade e a paz ...). Todo e qualquer acúmulo excessivo de armas ou o seu comércio generalizado não podem ser Justificados moralmente (Compendio da doutrina social da Igreja, 508)."

"Qualquer candidato ou candidata, partido político ou cabo eleitoral que defenda o contrário disso e baseie suas propostas de segurança na defesa da prisão perpétua, pena de morte, prática de tortura e armamento da população civil não pode se apresentar como defensor dos valores defendidos pela Igreja Católica. O mesmo ocorre com aqueles que homenageiam e defendem publicamente torturadores ou agentes de segurança que agem fora da lei."





5) Economia a serviço da vida

Os bispos reafirmam que, para a Doutrina Social da Igreja, a economia deve servir ao bem comum e que o Estado tem o papel de gerir a economia em nome do ser humano

"O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal" (Francisco, Fratelli tutti, 168). "Deve-se privilegiar os programas econômicos e as propostas políticas que tenham o meio ambiente e os pobres como meta prioritária do desenvolvimento econômico." "O discurso político que só reconhece como meta da economia o crescimento da riqueza, os resultados financeiros, a austeridade fiscal e o compromisso com as grandes corporações e com os agentes financeiros está em contradição com o ensino social da Igreja."





6) Defesa da democracia (Carta pastoral, 15)

"A Igreja Católica tem compromisso firmado com a defesa dos valores democráticos"

A Doutrina Social da Igreja apoia a democracia. Por isso, os bispos nos advertem:

"Partidos, candidatos ou candidatas e cabos eleitorais que apresentam simpatia com regimes ditatoriais ou que atentam, com palavras e atos, contra a democracia e suas instituições, também estão fora de sintonia com os ensinamentos de nossa Igreja e, como tals, não merecem nosso apoio."





7) Compromisso com a verdade (Carta pastoral, 16)

Nossos pastores lamentam profundamente

"que a mentira esteja sendo usada como arma política e método para arregimentar apoiadores e seguidores de ideias políticas. E nos recordam que "Jesus apontava o Diabo como o 'pai da mentira' (Jo 8, 44)"

"Por isso, busquemos o debate eleitoral aberto, no qual não se escondam as propostas projetos, e evitemos as candidaturas e campanhas pautadas na difamação do outro, nas falsas notícias, no discurso raivoso e nas mensagens de ódio transmitidas por aplicativos."





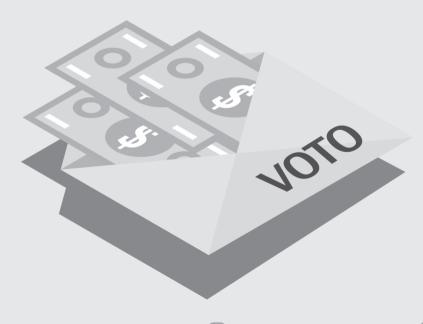
8) Honestidade como pressuposto (Carta pastoral, 17, 18 e 19)

A Carta Pastoral coloca a corrupção como um grande problema na política, uma deformação do sistema democrático.

"Para se enfrentar a corrupção devemos nos opor a compra e venda de parlamentares, seja por empresas privadas ou por verbas públicas e cargos nos governos em troca de apolo nos Legislativos. Porém, a corrupção não aparece apenas na forma de roubos ou desvios de verbas, mas também na distorção da função dos mandatos e seu uso interesseiro."

Mas a honestidade não pode ser plataforma política, e sim condição para que alguém se coloque como representante do povo na política. Não basta o candidato se dizer honesto. Devemos saber se eles sabem a função e os limites dos cargos que querem exercer e se a história de vida deles mostra se estão preparados para exercer essas funções.

"Embora não contratemos um motorista que não seja honesto, jamais daríamos a direção do carro a alguém apenas pela honestidade. É a habilidade na direção que nos vai fazer escolher, entre os honestos, aqueles que terão maior capacidade de dirigir."



REGIONAL LESTE 3

19° REGIONAL DA CNBB

SÃO MATEUS

Composto pelas 4 dioceses do Espírito Santo

Criado em 14/04/2021

COLATINA

VITÓRIA

CACHOEIRO
DE ITAPEMIRIM



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - REGIONAL LESTE 3

- (27) 2142-1158
- ⊠ secgeral@cnbbleste3.org.br
- Av. João Baptista Parra, 525 Praia do Suá CEP: 29052-123 - Vitória -ES
- @cnbbleste3
- ₩ @edicoescnbb
- @cnbbleste3
- ► CNBB Regional Leste 3